



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

ATA DA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, às nove horas, em João Pessoa, teve início a oitava Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização, com a presença de Maria Aída Bezerra Costa, Marta Vanelli, Maria Aparecida Schumacher, Maria Cristina Vargas, Jane Paiva e Neroaldo de Azevedo Pontes, membros da Comissão. Ainda participaram da reunião Adriana Valéria Santos Diniz, representando a Undime, Timothy Ireland, Diretor do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, Maria Margarida Machado, Coordenadora-Geral Pedagógica de Educação de Jovens e Adultos, Tancredo Maia, Coordenador-Geral de Alfabetização, Cláudia Veloso Torres do Amaral, Coordenadora-Geral de Educação de Jovens e Adultos, Eunice de Oliveira Ferreira Santos e Emerson de Almeida Santos, da assessoria do Departamento de Desenvolvimento e Articulação Institucional da SECAD, e Andréa Oliveira, da assessoria do Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Foram registradas as ausências justificadas de Marina Kahn, Sergio Haddad, Célio da Cunha e Sueli Marquesi. A reunião foi presidida pelo Professor Timothy Ireland, que saudou os integrantes da Comissão, lamentando a ausência do Secretário Ricardo Henriques e agradecendo a Neroaldo Pontes e Giselda Diniz, respectivamente Secretário de Educação e Coordenadora de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba, pelo apoio prestado na realização da reunião da Comissão. Em seguida, foi colocada em votação a pauta dos assuntos do dia, composta de: informes gerais; apresentação do balanço do ano de dois mil e quatro; discussão sobre as propostas de regulamentação do Programa Brasil Alfabetizado, da Comissão Nacional de Alfabetização e da Medalha Paulo Freire; apresentação do plano de avaliação do Brasil Alfabetizado; apresentação do mapeamento das ações de alfabetização; planejamento da Semana de Educação de Adultos e planejamento das ações para o ano de dois mil e cinco. Foi solicitado pela Professora Jane Paiva que fosse incluída a apresentação de informes sobre a parceria com o SESC no Estado do Piauí e a pauta foi aprovada por todos os presentes. Deu-se, então, a leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada pelos membros presentes à reunião. Prosseguindo, o Professor Timothy passou aos informes. Primeiramente, anunciou que já está em poder da SECAD o relatório da Pesquisa realizada pela FIPE sobre o Programa Recomeço e que está sendo providenciada cópia eletrônica para encaminhamento aos membros da Comissão. Informou também sobre as reuniões com os representantes dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos e com os coordenadores estaduais de Educação de Jovens e Adultos promovidas pela SECAD em novembro, destacando que ambas foram muito produtivas. Falou ainda sobre a questão do ENCCEJA, que considera bastante delicada e que precisa ser resolvida internamente, registrando que está marcada uma reunião entre o Presidente do INEP e o Secretário Ricardo Henriques para tratar do assunto. O Professor Timothy falou também sobre a revisão de metas do PNE, sob a coordenação do INEP, com o objetivo de redimensionar

algumas das metas traçadas e torná-las mais factíveis. Esclareceu sobre o convênio firmado entre os governos do Brasil e de Cuba para alfabetização de jovens e adultos em três municípios do Piauí, a pedido do governo daquele Estado. Finalmente, informou sobre a avaliação diagnóstica dos programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola, feita em parceria com a Unesco, sugerindo que um membro da equipe de pesquisa venha apresentar os resultados da avaliação para a Comissão na próxima reunião. Em seguida, passou a palavra para a Professora Margarida para que desse os informes relativos a Coordenação-Geral Pedagógica. Iniciou falando sobre a retomada do GT da Juventude, com a revisão da proposta: cerca de duzentos mil jovens, que estão fora da escola e em situação de desemprego, deverão ser atendidos em dois mil e cinco, em parcerias com as secretarias estaduais e municipais de educação. Ressaltou que o MEC participa como parceiro e tem a incumbência de traçar as linhas gerais de um curso de mil e seiscentas horas, que será formatado por uma equipe coordenada pela Casa Civil. A Professora Jane ponderou que as políticas públicas nem sempre levam em conta as atividades que sejam de interesse dos jovens e acabam pré-determinando os espaços que serão ocupados por esses sujeitos. A Professora Margarida esclareceu que estão sendo discutidos quatro eixos: informática, turismo, produção artística e cultural, e “cuidadores” - que teriam um papel mais social. No entanto, a escolha de quais atividades de qualificação serão trabalhadas será de responsabilidade de cada município. Falou ainda que a proposta será apresentada ao CONSED e à UNDIME e trazida com mais detalhes para a Comissão. Por fim, a Professora Margarida registrou a preocupação do MEC com uma maior articulação interna, exemplificando que participa, pela SECAD, da Câmara de Formação de Professores com o objetivo de tentar garantir que as temáticas tratadas na SECAD possam figurar nas discussões sobre formação. Falou de um desenho inicial de curso de duzentos e quarenta horas para formação de gestores e professores, inicialmente pensado para EJA, mas que pode ser estendido para a educação do campo, indígena e ambiental. A Professora Jane Paiva sugeriu que estas e outras informações relevantes fossem inseridas no *site* do MEC. A seguir, passou a palavra para o Professor Tancredo que apresentou os principais resultados e deu breves informações sobre o programa Brasil Alfabetizado em dois mil e quatro. Iniciou registrando que as reformulações do programa, tais como a forma de repasse, o valor da bolsa e o tempo de duração, foram implementadas com a efetiva participação da Comissão Nacional de Alfabetização e representam significativos avanços. Ressaltou que a moção apresentada pela Comissão surtiu o efeito desejado e as parcelas foram repassadas aos parceiros sem os atrasos verificados no ano anterior. Por fim, informou sobre o Fórum das Estatais pela Educação, onde foram apresentadas as possibilidades de as empresas estatais engajarem-se no Programa, firmando convênios com parceiros que já executam as ações do Brasil Alfabetizado, alocando recursos para supervisão, material escolar, merenda, óculos e obras literárias. Em seguida, deu-se uma discussão relacionada ao cronograma do Brasil Alfabetizado versus o calendário da rede. A Professora Jane defendeu que as entradas na EJA poderiam e deveriam ocorrer a qualquer tempo. No entanto, foi levantada a dificuldade para o gestor no que se refere ao financiamento, pois só o aluno que entra até o mês de março é contado no Censo Escolar. Finalizando o item relacionado aos informes, a palavra foi passada à Professora Claudia Veloso, que iniciou apresentando os números do Fazendo Escola, ressaltando o atendimento a novos municípios que não eram beneficiados pelo Programa e que passaram a fazê-lo por terem participado do Brasil Alfabetizado. Registrou que houve início no atraso dos repasses e a possibilidade de reprogramação dos recursos não utilizados no ano anterior. O Professor Neroaldo ponderou que o gestor dificilmente consegue gastar os valores relativos às últimas parcelas, que são pagas nos últimos dias do ano, e muitas vezes acaba tendo que devolvê-las. A Professora Cláudia apresentou ainda um balanço geral dos PTAs de EJA e

um relatório com as principais ações desenvolvidas pela Coordenação. O Professor Timothy informou que será elaborado um relatório final das ações de dois mil e quatro, a ser encaminhado à Comissão. Em seguida, a técnica Eunice Santos e o consultor Emerson Almeida, conforme previsto na pauta, passaram a apresentar as questões relativas à legislação. Eunice iniciou sua participação falando das motivações da SECAD para alterar a forma de repasse para estados e municípios, que nasceram das limitações impostas pela lei eleitoral e da pouca agilidade que a celebração de convênios conferia ao processo. Apresentou uma minuta de regulamentação do programa Brasil Alfabetizado, destacando que este tipo de regulamentação dá maior sustentabilidade ao programa e sua necessidade está explicitada na lei 10.880. Após discussão sobre a proposta apresentada, a professora Jane Paiva registrou que esta proposta de regulamentação parte da lógica existente que, na sua opinião, precisa ser revista, pois traz uma forma de repasse que permite que os parceiros burlam os quantitativos em sala para se garantir os valores repassados por mês. Outro ponto levantado pela Comissão é relativo à falta de flexibilidade para o uso dos recursos, que já são pré-fixados para os gastos com bolsa e capacitação do alfabetizador, sem prever despesas, por exemplo, com a supervisão. A Eunice ponderou que são limitações impostas pela lei e pelo próprio PPA, que “carimba” os recursos orçamentários. A professora Margarida sugeriu que fosse verificada a possibilidade de incluir os gastos com supervisão na rubrica de formação, já que poderia ser considerada como parte da formação continuada. Continuando o debate, a Professora Marta Vanelli ressaltou que há parceria entre União e Estados e Municípios na execução, mas a forma como está posta o programa, inibe a parceria no que diz respeito ao financiamento. Exemplificou, sugerindo que na regulamentação estivesse expresso que apenas para fins de uso do recurso, os alfabetizadores fossem considerados voluntários, para que não impedisse o prefeito ou secretário de educação de contratar alfabetizadores com seus próprios recursos. Sugeriu ainda que fosse explicitada a formação mínima do alfabetizador. A Professora Aída ponderou que a EJA trabalha com voluntários porque há a necessidade de se buscar uma escola que seja “a cara” dos alunos de EJA e não uma escola para adolescentes. Registrou ainda a necessidade de se possibilitar a aquisição de material escolar. A Professora Margarida reforçou esta colocação, apontando toda a trajetória do MOVA, que foi construída em cima do voluntariado, lembrando que é uma ação basicamente de mobilização e não uma carreira profissional propriamente dita. Cristina registrou que a formação mínima deve levar em conta as diferentes realidades. O Professor Neroaldo ressaltou que há fundamentação pedagógica nas decisões adotadas pelo parceiro (como incluir a supervisão na formação continuada, por exemplo), mas que a fiscalização do FNDE não consegue enxergar. Finalizando o debate, o Professor Timothy concordou que é preciso mudar o conceito do programa Brasil Alfabetizado, que ficou muito restrito ao repasse de recursos e que deve ser mais amplo. Disse ainda que a demanda por flexibilização na utilização dos recursos é uma demanda freqüente dos parceiros, que deverá ser levada em conta, na medida do possível, na regulamentação do programa. Às treze horas e dez minutos a reunião foi interrompida, sendo retomada às quinze horas e cinco minutos. Reiniciando a reunião, o Professor Timothy propôs que fosse dada continuidade às discussões sobre as regulamentações e que as informações sobre o plano de avaliação e o mapeamento fossem enviadas pelo e-mail. O senhor Emerson passou a encaminhar a discussão sobre a regulamentação da Comissão, registrando, inicialmente, que, é preciso alterar o Decreto para torná-lo adequado à nova Comissão. O Professor Timothy sugeriu novo nome para a Comissão: Comissão de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos. Apesar de concordarem que o conceito de Educação de Jovens e Adultos é abrangente e prescinde do termo “alfabetização” na denominação para expressar o âmbito de trabalho da Comissão, o nome foi aceito pelos membros presentes. Na votação efetuada, foram seis votos a favor

e uma abstenção. Ainda relativo ao Decreto, a redação do Artigo primeiro foi assim aprovada: *“A Comissão Nacional de Alfabetização, instituída pelo art. 2º do Decreto nº 4.834, de 8 de setembro de 2003, como órgão colegiado de caráter consultivo, passa a denominar-se Comissão Nacional de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, tendo por objetivo assessorar o Ministério da Educação na formulação e implementação da Política Nacional de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos”*. Em seguida, passou-se a discussão sobre as atribuições da Comissão que, segundo a Lei 10.880, teria a função de fiscalizar o programa. Após amplo debate, o senhor Emerson comprometeu-se a apresentar uma consulta à AGU, por meio da Consultoria Jurídica do MEC, sobre esta questão, ressaltando que a consulta seria elaborada procurando encaminhar o entendimento de que a fiscalização efetuada pela Comissão deveria se dar na forma de acompanhamento, de consultoria e de assessoramento para a atuação da SECAD, conforme definido em seu estatuto. Com base na resposta a esta consulta, ficou ainda de submeter nova proposta de regulamentação da Comissão na próxima reunião. Em seguida, o Professor Timothy passou a tratar da ampliação da Comissão, apresentando a proposta de inclusão de um representante da SEB e a demanda recebida nos encontros do MOVA de que houvesse um representante do MOVA-Brasil na Comissão. A Professora Marta sugeriu ainda a participação de representante da SECAD na Comissão. Com relação a inclusão dos representantes da SEB e da SECAD, submetida à votação, foi aprovada por todos os membros presentes. Com relação à reivindicação de assento de representante da Coordenação Nacional do MOVA-Brasil, foi levantado que os Movimentos de Alfabetização estão representados, neste primeiro mandato, pela Professora Maria Aída Bezerra Costa, da Organização Não Governamental Sapé, na qualidade de participante da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil – RAAAB. A Comissão decidiu que, no próximo mandato, se assim for decidido no âmbito da RAAAB, que os Movimentos de Alfabetização poderão ser representados por um membro da Coordenação Nacional do MOVA-Brasil. O Professor Neroaldo sugeriu ainda, com relação aos membros da Comissão que não tem participado das reuniões, que fosse enviada uma carta formal do Secretário às entidades que representam, fazendo menção ao regulamento, reiterando o convite para participarem das reuniões ou solicitando a substituição do indicado. A sugestão foi acatada pelos membros presentes. Em seguida, uma proposta de regulamentação da Medalha Paulo Freire passou a ser discutida. Após amplo debate, ficou definido que a Comissão Nacional definirá os critérios para elaboração do Edital e indicará uma Comissão de Seleção encarregada de receber e julgar os trabalhos. A SECAD ficará com a parte logística do processo e com a divulgação. A Professora Jane Paiva registrou que a Portaria de regulamentação da Medalha deveria prever os prazos e sugeriu que este ano, excepcionalmente, as indicações fossem recebidas até o dia trinta e um de maio e que nos outros anos, fosse até março. Sugeriu ainda que o dia oito de setembro fosse mantido como data de entrega do Prêmio. Como várias questões relacionadas ao número de medalhas distribuídas, categorias e prêmios, entre outras, não haviam sido definidas, ficou decidido que a SECAD apresentaria, com base na discussão, uma nova proposta de regulamentação da Medalha a ser encaminhada para aprovação da Comissão. Quanto à medalha propriamente dita, o Professor Timothy sugeriu que o Ministro ou o Secretário convidassem o artista plástico pernambucano, Francisco Brennand, para que a criasse, o que foi prontamente aceito por todos. Assim como a proposta de regulamentação da Medalha Paulo Freire, as outras propostas de regulamentação tratadas na reunião deverão ser reformuladas pela SECAD com base nas discussões efetuadas e encaminhadas para apreciação da Comissão. Em seguida, a Professora Margarida fez uma rápida apresentação sobre o plano de avaliação, e seus quatro eixos: avaliação da gestão do programa, mapeamento das ações de alfabetização, avaliação diagnóstica e

avaliação de impacto. Falou ainda de um piloto da avaliação cognitiva realizada em algumas turmas de dois mil e três. O Professor Tancredo também apresentou, em linhas gerais, o relato do monitoramento feito pelas equipes da SECAD e do FNDE, registrando que os relatórios serão encaminhados para a Comissão. O Professor Timothy complementou ressaltando as três dimensões das atividades realizadas: avaliação, monitoramento e fiscalização. Falou ainda sobre o mapeamento das ações de alfabetização que ocorrerá de janeiro a março, coordenada pelos Estados e que servirá de base para a pactuação e concertação proposta para os anos de 2005 e 2006. O Professor Timothy propôs que fossem dadas sugestões para a Semana da Educação de Adultos e que estas circulassem por e-mail, ressaltando a proposta de dedicar uma semana em abril para debates sobre a educação de jovens e adultos, abrindo para discussões mais abrangentes, que não se atenham somente à escolarização. Haveria a tentativa de organizar ações centrais, em Brasília, e estimular ações regionais dos Fóruns Estaduais. Lembrou que haverá, em abril, uma semana dedicada a EJA nos programas Salto Para o Futuro e, nos dias 25 a 30 de abril, a Campanha Mundial pelo Direito à Educação. O Professor Timothy comprometeu-se a enviar o calendário de todas as reuniões da Comissão em 2005, para que as datas sejam definidas com antecedência, ressaltando que pelo menos duas reuniões ocorrerão em Brasília, com maior duração. Registrou ainda que a próxima reunião deverá ser em Brasília, no mês de fevereiro, e deverá durar um dia e meio. Às dezoito horas e trinta minutos, o Professor Timothy encerrou a reunião, agradecendo, mais uma vez, a participação e o empenho de todos. Nada mais havendo a registrar eu, Andrea Oliveira, lavro a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente da sessão, e pelos demais membros presentes. Brasília, dezesseis de dezembro do ano dois mil e quatro.